

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC**ANEXO I****TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL****TERMO DE REFERÊNCIA N.º 23 / 2019**

OBJETO	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços referentes à guarda continuada do acervo de documentos arquivísticos do TCDF, com acesso remoto a informações do arquivamento via web.
ESTIMATIVA	R\$ 402.812,95
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
TIPO	MENOR PREÇO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**ÁREA ADMINISTRATIVA**Oswaldo Junqueira Vaz Júnior
Darlan Lima Carneiro**TELEFONE:** (61) 3314-2870**EMAIL:** spc@tc.df.gov.br**ÁREA TÉCNICA/ REQUISITANTE**Cláudio Márcio de Souza Oliveira
Paulo Henrique Adorni França**TELEFONE:** (61) 3314-2115**EMAIL:** cmarcio@tc.df.gov.br**TELEFONE:** (61) 99298-2923**EMAIL:** paulo.franca@tc.df.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços referentes à guarda continuada do acervo de documentos arquivísticos do TCDF, com acesso remoto a informações do arquivamento via web.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. **Provisionamento de guarda**, em local adequado e seguro, e gerenciamento informatizado do passivo em suporte papel e em mídias eletrônicas (Microfilmes, CDs e DVDs) do acervo de documentos arquivísticos do TCDF, a fim de permitir acesso remoto a informações do arquivamento com maior celeridade e eficiência.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de Direito

2.2.1.1. De acordo o art. 74, incisos I e XIII, do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução TCDF nº 273, de 3 de julho de 2014, compete ao Serviço de Gestão de Documentos e Preservação da Memória Institucional – SEGEDOC, respectivamente:

2.2.1.1.1. Planejar, coordenar, dirigir e orientar os procedimentos e operações técnicas referentes à criação, ao recebimento, à manutenção, ao uso e à destinação de documentos arquivísticos;

2.2.1.1.2. Propor a contratação de bens e serviços relativos à sua área de atuação, elaborando estudos, projetos básicos e termos de referência.

2.2.1.2. A lei 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, determina no art. 1º que é dever do poder público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.

2.2.1.3. Além disso, a mesma lei conceitua a gestão de documentos como o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para a guarda permanente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

2.2.1.4. O art. 24 da Resolução TCDF nº 118/2000 estabelece que o arquivamento de documentos do TCDF será feito de forma sistemática, em local específico, segundo normas e procedimentos técnicos modernos, que permitam sua rápida localização, segurança na sua guarda e adequadas condições de conservação.

2.2.1.5. A Resolução TCDF nº 313/2018, que instituiu a Política de Gestão de Documentos do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no item 6.5 de seu Anexo Único – Preservação – estabelece que os documentos arquivísticos do TCDF, independentemente do suporte no qual estejam registrados, serão armazenados em condições adequadas e livres de riscos que possam culminar em sua deterioração e que documentos em formatos especiais serão acondicionados em materiais específicos e armazenados em condições condizentes com suas especificidades.

2.2.2. Razões de Fato

2.2.2.1. O acervo documental do TCDF é constituído por processos e documentos avulsos em suporte papel, além de mídias eletrônicas como microfilmes, CDs e DVDs, que são produzidos ou recebidos no desempenho de suas atividades meio e fim. Hoje, o espaço total disponível para a guarda desses documentos compõe-se de dois ambientes de armazenamento.

2.2.2.2. O primeiro deles é o Arquivo Central do TCDF, que atualmente encontra-se próximo de sua capacidade máxima de ocupação, comportando 2.800 caixas-box de documentos e microfilmes em fase corrente (95% do volume armazenado) e também de documentos sigilosos; não sendo mais possível considerar a possibilidade de uso desse ambiente para aumento da quantidade de arquivos depositados. Esses documentos, conceitualmente, devem ser mantidos, preferencialmente, em local próximo dos locais de funcionamento das atividades gerais do Órgão.

2.2.2.3. O outro ambiente de armazenamento é provido por meio de contrato com empresa terceirizada que assume a custódia do acervo depositado em suas instalações. Esse espaço contratado encontra-se hoje acondicionando grande volume de documentos arquivísticos do TCDF, num montante equivalente a 19.500 caixas-box, quantitativo esse muito grande, que indica a necessidade de manutenção desse tipo de serviço, uma vez que o Tribunal não dispõe de outro local adequado para essa finalidade.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

2.2.2.4. Ocorre que o contrato de guarda atualmente em andamento com a empresa prestadora dos serviços terá sua vigência finalizada em 18/12/2019 (conforme despacho SERCO nº 26/20019, peça 313, processo nº 24.541/2014), sem possibilidade de prorrogação, fato que constitui motivo relevante e urgente para dar-se início aos procedimentos de planejamento para nova licitação, de modo a garantir a continuidade da prestação dos serviços, e, conseqüentemente, a guarda segura e a gestão eficiente do acervo documental do TCDF.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. Garantia de infraestrutura adequada à guarda segura, à preservação e à integridade dos documentos do acervo documental do TCDF.

2.3.2. Garantia de maior controle e confiabilidade nas atividades de cadastramento e tratamento dos documentos arquivísticos do TCDF, bem como maior celeridade no acesso às suas informações.

2.3.3. Garantia de maior eficiência para as atividades de gerenciamento, organização, classificação, avaliação e destinação dos documentos arquivísticos do TCDF.

3. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO

3.1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1.1. Prestação de serviços de recepção, conferência inicial, identificação e lacre de caixas, cadastramento informatizado e aguarda continuada (com acesso remoto) do acervo documental do TCDF, o qual é constituído por processos e documentos avulsos em suporte papel e por mídias eletrônicas como microfimes, CDs e DVDs, que juntos ocupam o equivalente a 19.500 caixas-box. Hoje, esse acervo documental está acondicionado em, aproximadamente, 6.500 caixas de papelão *triplex*, de medidas 432x384x254 mm, com capacidade para 20 Kg.

3.1.2. O conjunto dos serviços a serem prestados pela CONTRATADA está dividido em três etapas de execução, a serem demandados conforme a necessidade:

3.1.2.1. A primeira etapa é chamada de **RECEPÇÃO E CADASTRAMENTO INICIAL**, a qual será integrada pelos serviços de recepção, conferência inicial, identificação e lacre das caixas, e cadastramento em sistema informatizado do acervo recebido e será demandado conforme a necessidade;

3.1.2.2. A segunda etapa é chamada de **GUARDA CONTINUADA** e será



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

integrada pelos serviços continuados referentes à custódia do acervo; à realização de movimentações de volumes entre as instalações da CONTRATADA e as instalações do CONTRATANTE; e a consultas às informações de arquivamento por meio de acesso remoto via web; e

3.1.2.3. A terceira etapa é chamada de **TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA**, a qual será integrada pelos serviços de transferência definitiva, com transporte e insumos necessários, para novo local indicado pelo CONTRATANTE e disponibilização total das informações cadastradas no sistema informatizado, quando do término do contrato ou de sua rescisão.

3.2. **ETAPA 1 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS INTEGRANTES DA RECEPÇÃO E CADASTRAMENTO INICIAL**

3.2.1. **Da Conferência Inicial das caixas:** consiste no trabalho prévio de recepção, conferência e identificação das caixas recebidas pelo CONTRATANTE.

3.2.1.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe de profissionais qualificados para conferir todas as caixas e identificá-las, com base em listagem de conteúdo a ser fornecida pelo TCDF, bem como realizar sua organização nas instalações de arquivamento.

3.2.1.2. Após a conferência, as caixas deverão, obrigatoriamente, ser lacradas e identificadas.

3.2.1.2.1. Deverão ser utilizados lacres apropriados, com numeração de controle, para o fechamento das caixas.

3.2.1.2.2. A identificação das caixas deverá ser feita por meio de etiquetas com números e código de barras.

3.2.1.2.3. A identificação e o endereçamento das caixas não poderão conter informações do conteúdo e do TCDF, de modo a garantir o sigilo dos documentos.

3.2.2. **Do cadastramento das informações em sistema informatizado da CONTRATADA:** consiste em registrar, em sistema informatizado com acesso remoto oferecido pela CONTRATADA, os seguintes dados relacionados à identificação de cada caixa-padrão:

3.2.2.1. Número/código da caixa;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

- 3.2.2.2. Números dos lacres;
- 3.2.2.3. Descrição por extenso do conteúdo;
- 3.2.2.4. Assunto;
- 3.2.2.5. Código de classificação;
- 3.2.2.6. Datas-limite; e
- 3.2.2.7. Número antigo da caixa.

3.2.3. Cada dado acima deverá ser registrado em um campo específico do sistema informatizado, de modo a permitir diferentes tipos de consultas às informações do acervo do TCDF.

3.2.4. O cadastramento será feito com base na listagem de conteúdo fornecida pelo TCDF no ato da **conferência e identificação** das caixas.

3.2.5. A CONTRATADA deverá possuir sistema informatizado de gerenciamento de todo o acervo que opere via *web* e utilize o idioma Português nas telas acessíveis aos usuários, bem como nos relatórios fornecidos, e que permita ao CONTRATANTE:

- 3.2.5.1. Registrar Ordem de Serviço;
- 3.2.5.2. Solicitar a entrega ou devolução de caixas;
- 3.2.5.3. Efetuar consultas ao conteúdo das caixas;
- 3.2.5.4. Obter relatórios contendo o histórico dos serviços prestados e das movimentações de caixas, sendo admitida a obtenção dos relatórios por meio de solicitação à CONTRATADA via e-mail ou outro meio de comunicação escrita, com o prazo máximo de atendimento de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento da solicitação.

3.2.6. O acesso ao sistema informatizado com acesso remoto, para consulta on-line/via web, deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia e nos 7 (sete) dias da semana.

3.2.7. O sistema deverá ter garantia de funcionamento ininterrupto durante todo o período de vigência do contrato, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE.

3.2.8. No caso de paralisação temporária de acesso via internet, a CONTRATADA deverá possuir plano de contingência que possibilite a utilização de outros meios de comunicação, tais como telefone ou e-mail, para envio das solicitações.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

3.2.9. O sistema deverá permitir o controle unificado de acesso dos usuários por meio de login e senhas pessoais e intransferíveis, com possibilidade de definir diferentes níveis e tipos de permissões de acesso, incluindo acesso administrativo para adicionar ou excluir usuários e modificar as permissões de acesso.

3.2.10. A CONTRATADA deverá, sem quaisquer ônus adicionais, fornecer serviço de suporte ao sistema, tanto o suporte aos usuários quanto o suporte técnico/gerencial, indicando para isso ao menos um número telefônico e um e-mail para suporte ao usuário e outro número e e-mail para contato direto do CONTRATANTE com o responsável pelo setor de informática da CONTRATADA.

3.2.11. A empresa CONTRATADA deverá fornecer, sem quaisquer ônus adicionais para o CONTRATANTE, orientações de uso do sistema, cujas sessões devem ocorrer nas dependências do TCDF na primeira semana de uso do sistema, aos usuários indicados, com fornecimento de materiais didáticos e de manuais do sistema no idioma Português, de preferência em formato eletrônico.

3.3. **ETAPA 2 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS INTEGRANTES DA EXECUÇÃO DA GUARDA CONTINUADA**

3.3.1. A guarda continuada do acervo de documentos do TCDF consiste na custódia mediante armazenamento das caixas de arquivos nas instalações da CONTRATADA, bem como, no atendimento a solicitações de transferências mensais, transporte, devoluções e retornos de caixas para arquivamento.

3.3.2. **Do armazenamento das caixas nas instalações da CONTRATADA**

3.3.2.1. A CONTRATADA deverá possuir unidade de armazenamento para guarda da documentação do TCDF, localizada no Distrito Federal, e que atenda aos requisitos estabelecidos a seguir.

3.3.2.2. A unidade de armazenamento da CONTRATADA deverá ser adequada à guarda e ao gerenciamento da documentação, com rígidos critérios de segurança e equipamentos necessários à sua preservação, observando, no mínimo, os seguintes requisitos:

3.3.2.2.1. O espaço físico deve ser utilizado exclusivamente para este fim, sendo vedado seu compartilhamento com qualquer outra atividade;

3.3.2.2.2. As estantes devem ser em aço com resistência proporcional ao peso da documentação arquivada;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

3.3.2.2.3. O ambiente deve possuir condições adequadas de temperatura e de umidade relativa do ar para a proteção dos documentos, **utilizando-se de controle dessas condições mediante a realização de relatórios periódicos**;

3.3.2.2.4. O ambiente deve dispor de vigilância ininterrupta e de sistema de monitoramento eletrônico e de segurança patrimonial 24**(vinte e quatro)** horas por dia, em 7**(sete)** dias por semana;

3.3.2.2.5. A área deverá possuir **dispositivo** central de detecção de incêndio com detectores de fumaça. O sistema de prevenção de combate ao fogo deverá estar em conformidade com as especificações exigidas pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal;

3.3.2.2.6. O local deverá possuir sistema de prevenção e de controle de pragas, além de possuir condições de higiene apropriadas;

3.3.2.2.7. Sua localização deve ser distante de elementos que possam representar risco para a segurança ou preservação dos documentos, tais como, aeroportos, entrepostos, refinarias de combustíveis ou postos de gasolina, usinas de energia, locais sujeitos a alagamentos ou inundações, ruas ou vias não calçadas ou não asfaltadas;

3.3.2.2.8. As paredes, teto e piso devem ser protegidos contra umidade;
e

3.3.2.2.9. As instalações elétricas devem estar de acordo com as normas técnicas em vigor.

3.3.2.3. Todo o acervo documental deverá ter tratamento adequado evitando assim violação, bem como danos ao material armazenado.

3.3.2.4. A CONTRATADA deverá possuir seguro com cobertura **total** contra sinistros, como perdas, danos, roubo e incêndio sobre a documentação armazenada e transportada.

3.3.2.4.1. A CONTRATADA deverá entregar ao Fiscal do Contrato, em até 5 (cinco) dias após a sua assinatura, cópia autenticada da apólice do seguro especificado no item acima.

3.3.2.4.2. Após o vencimento da apólice, a CONTRATADA terá o mesmo prazo descrito acima para entregar nova apólice.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

3.3.2.5. A CONTRATADA deverá apresentar, **sempre que revalidados**, ao Fiscal do Contrato comprovantes de aplicação de produtos para controle de pragas nas instalações de armazenamento do acervo.

3.3.2.6. A CONTRATADA deverá dispor, em caráter permanente e ininterrupto, de controle de acesso e segurança, de forma a proporcionar condições adequadas de custódia do acervo, assegurando proteção contra **sinistros**, roubo, acesso indevido e adulteração à documentação armazenada.

3.3.2.7. O TCDF terá, por meio de pessoa credenciada, livre acesso para inspeção ao acervo, **agendada ou inopinada**, devendo este acesso, no entanto, ser controlado em relação a pessoas estranhas.

3.3.3. Da transferência mensal de caixas

3.3.3.1. As transferências mensais consistem nas retiradas de caixas das dependências do TCDF para as instalações da CONTRATADA, que poderão ocorrer durante os meses de vigência do contrato.

3.3.3.2. As transferências mensais **representam novos arquivamentos** que ocorrerão conforme a necessidade do TCDF.

3.3.3.3. As caixas deverão ser coletadas no TCDF para armazenamento nas instalações da CONTRATADA mediante solicitação prévia.

3.3.3.4. A solicitação prévia para a coleta das caixas deverá ser realizada pelo TCDF por meio do sistema informatizado da CONTRATADA, via web, e será registrada em de Ordem de Serviço (OS).

3.3.3.5. Para as transferências mensais, o TCDF irá solicitar previamente à CONTRATADA a relação de insumos necessários ao armazenamento dos documentos, como caixas para 20 Kg, lacres e etiquetas.

3.3.3.5.1. As caixas fornecidas devem ser padronizadas, apropriadas ao acondicionamento de documentos ou caixas-box, que permitam seu fácil manuseio.

3.3.3.5.2. As etiquetas para identificação das caixas do TCDF deverão possuir números e códigos de barras.

3.3.3.6. Os insumos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA em até 24 (vinte e quatro) horas contados do horário da solicitação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

3.3.3.7. Os insumos que, por ventura, vierem deteriorados serão recusados e deverão ser substituídos em até 12 (doze) horas da notificação, sem nenhum ônus para o TCDF.

3.3.3.8. A CONTRATADA deverá efetuar a coleta das caixas nas instalações do TCDF, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do horário da solicitação, registrada no sistema informatizado, respeitando o horário estabelecido pelo TCDF.

3.3.3.9. A CONTRATADA deverá manter, em seu sistema informatizado, o registro de todas as transferências mensais realizadas, com dados de quantitativo, data, horário etc.

3.3.3.10. A CONTRATADA terá o prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, para cadastrar e disponibilizar as informações das caixas transferidas e a descrição de seu conteúdo, que será fornecido pelo TCDF no ato da coleta de caixas, para consultas em seu sistema informatizado.

3.3.4. Das solicitações de devoluções temporárias de caixas

3.3.4.1. Por solicitação de devolução temporária consiste na transferência física e temporária de caixas de arquivos do local de armazenamento da CONTRATADA para as dependências do TCDF.

3.3.4.2. A solicitação de caixas será feita por intermédio de sistema informatizado da CONTRATADA via web.

3.3.4.3. A solicitação de caixas poderá ser feita em 2 (duas) modalidades, Solicitação Normal e Solicitação Urgente:

3.3.4.3.1. Na modalidade **SOLICITAÇÃO NORMAL**, a CONTRATADA deverá atender à solicitação no prazo máximo de **12 (doze) horas úteis**, contadas do horário do pedido registrado no sistema informatizado, respeitando o horário útil de funcionamento da Unidade de Arquivo do TCDF que vai das 9h às 19h, em dias úteis.

3.3.4.3.2. Na modalidade **SOLICITAÇÃO URGENTE**, a CONTRATADA deverá atender às solicitações no prazo máximo de **2 (duas) horas úteis**, contadas do horário registrado do pedido no sistema informatizado, respeitando o horário útil de funcionamento da Unidade de Arquivo do TCDF que vai das 9h às 19h, em dias úteis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

3.3.4.4. A CONTRATADA não poderá estabelecer limites diários ou mensais para a quantidade de solicitações de devoluções temporárias de caixas, devendo esse serviço limitar-se apenas à disponibilidade orçamentária estimada para o contrato, considerando ainda os acréscimos ou supressões autorizadas por lei.

3.3.4.5. Sempre que houver solicitação de caixas, a CONTRATADA deverá fornecer novos lacres para que a caixa recebida pelo TCDF retorne devidamente lacrada para o arquivamento.

3.3.4.6. A Ordem de Serviço correspondente a cada solicitação de devolução de caixas será gerada pelo sistema informatizado e deverá ser atestada pelas partes, de preferência de forma eletrônica e sem o uso de papel.

3.3.4.7. A CONTRATADA deverá manter, em sistema, o registro de todas as solicitações de devoluções, com os dados da modalidade, do usuário solicitante, horário de solicitação e da entrega, coleta etc.

3.3.4.8. Depois de consultadas, as caixas serão devolvidas em “Retorno” às instalações da CONTRATADA.

3.3.4.9. O retorno das caixas em devolução ocorrerá mediante pedido que deverá ser realizado pelo TCDF por meio do sistema informatizado da CONTRATADA, via web, com registro em Ordem de Serviço (OS).

3.3.4.10. O prazo para a coleta de retorno das caixas em devolução será de no máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do horário da solicitação, registrada no sistema informatizado, respeitando o horário estabelecido pelo TCDF.

3.3.4.11. Os serviços descritos no presente tópico somente serão considerados concluídos quando as caixas forem entregues ao/ou retiradas do TCDF, a cada solicitação, e as respectivas Ordens de Serviços (OS) forem atestadas por seu fiel cumprimento, servindo de base para o faturamento mensal.

3.3.4.12. Supletivamente ao serviço de devolução temporária de caixas, a CONTRATADA deverá disponibilizar, **em suas dependências**, serviço de consulta presencial de documentos, no período compreendido entre 9h e 19h, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. Esse tipo de demanda deverá ser atendido, no prazo máximo de 30 (trinta) minutos, contados do pedido.

3.3.4.12.1. Nesse caso, após a consulta, a CONTRATADA deverá fornecer novos lacres ao servidor do TCDF designado para consulta



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

presencial, de modo a possibilitar que as caixas sejam novamente lacradas.

Os números dos lacres deverão ser atualizados no sistema informatizado.

3.3.5. Da Devolução parcial definitiva de caixas:

3.3.5.1. A Devolução parcial definitiva de caixas consiste na retirada de caixas de arquivos pertencentes ao TCDF das instalações da CONTRATADA de forma definitiva.

3.3.5.2. O TCDF definirá quais caixas serão retiradas e devolvidas definitivamente e fará o devido registro da operação no sistema informatizado da CONTRATADA.

3.3.5.3. A CONTRATADA não poderá realizar a exclusão definitiva dos dados referentes às caixas devolvidas definitivamente. O status da caixa deverá ser alterado para devolvida definitivamente, preservando-se assim todo o histórico de informações referentes às caixas devolvidas de forma definitiva.

3.3.5.4. O prazo máximo para atendimento da demanda de devolução de caixas definitivamente será de até 24 (vinte e quatro) horas, contadas do pedido realizado no sistema informatizado.

3.3.5.5. As devoluções definitivas deverão estar devidamente registradas em Ordem de Serviço (OS) geradas no sistema informatizado da CONTRATADA para que os cálculos de armazenamento do quantitativo de caixas sejam atualizados e devidamente faturados.

3.3.6. Do transporte das caixas:

3.3.6.1. Para o transporte das caixas, seja devido à transferência mensal, devolução temporária ou definitiva ou retorno de devolução temporária; a CONTRATADA deverá utilizar veículos fechados, excluindo-se a utilização de motocicletas para esse fim.

3.3.6.2. A CONTRATADA deverá realizar a quantidade de viagens necessárias para o atendimento da solicitação, de acordo com a capacidade do veículo, sem comprometer a conservação física dos documentos durante o transporte.

3.3.6.3. As retiradas e as entregas das caixas, entre o TCDF e o local de armazenamento da CONTRATADA, deverão ocorrer em dias úteis da Unidade de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

Arquivo do TCDF, no horário das 9h às 19h, atendendo aos prazos de execução estabelecidos.

3.3.6.4. A movimentação das caixas de arquivos, quando da realização dos procedimentos de entrega ou de retirada, nas dependências do TCDF, deverá ser realizada com a utilização de carrinhos de transporte de cargas fornecidos pela CONTRATADA.

3.3.6.5. Os empregados da CONTRATADA deverão usar uniformes e crachás que os identifiquem.

3.4. **ETAPA 3 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS INTEGRANTES DA EXECUÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA**

3.4.1. **Da transferência definitiva do acervo ao término ou rescisão do Contrato:**

3.4.1.1. Consiste na transferência definitiva de todo o acervo documental armazenado, ao término ou rescisão do contrato, e de todos os itens cadastrados no sistema informatizado da CONTRATADA, em formato aberto e de fácil acesso. A transferência definitiva será realizada pela CONTRATADA.

3.4.1.2. Após o término ou rescisão do contrato, a CONTRATADA deverá disponibilizar o acervo de documentos do TCDF na sua totalidade (100% das caixas) em novo local a ser indicado pelo CONTRATANTE dentro do Distrito Federal, bem como garantir a disponibilidade de seu sistema informatizado até a retirada total do acervo.

3.4.1.3. O prazo máximo para a transferência do acervo será de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação formal apresentada por meio de ofício do CONTRATANTE para a CONTRATADA, em data combinada entre as Partes.

3.4.1.4. Na definição da transferência definitiva, o TCDF irá estabelecer o novo local para onde será transferido o acervo, no Distrito Federal.

3.5. **PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.5.1. A conferência inicial das caixas do acervo – composto por, aproximadamente, 6.500 (seis mil e quinhentas) caixas de papelão *triplex*, de medidas 432x384x254 mm, com capacidade para 20Kg – terá início no primeiro dia útil seguinte ao da entrega total do acervo no local das instalações da CONTRATADA, onde ocorrerá a guarda continuada dos documentos arquivísticos do TCDF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

3.5.2. O prazo para a conferência inicial, identificação, lacre e cadastramento das informações das caixas *triplex* no sistema informatizado da CONTRATADA e sua disponibilização via web é de até 10 (dez) dias úteis após a entrega de todas as caixas do acervo inicial nas instalações da CONTRATADA.

3.5.3. O serviço de armazenamento do acervo nas dependências da CONTRATADA será realizado até a data de sua transferência definitiva total devido ao encerramento ou rescisão contratual.

3.5.4. O serviço de transferência mensal de caixas terá os seguintes prazos de execução:

3.5.4.1. Até 24(vinte e quatro) horas, a contar da solicitação, para o fornecimento dos insumos: caixas, lacres e etiquetas.

3.5.4.2. Até 12(doze) horas, a contar da notificação, para a troca de insumos, caso os recebidos tenham algum problema.

3.5.4.3. Até 24(vinte e quatro) horas, a contar da solicitação, para a CONTRATADA efetuar a transferência das caixas para as instalações da CONTRATADA.

3.5.5. O serviço de devolução temporária de caixas terá os seguintes prazos de execução:

3.5.5.1. Até 12(doze) horas úteis, a contar do horário da solicitação, no caso da Solicitação Normal;

3.5.5.2. Até 2(duas) horas úteis a contar do horário da solicitação, no caso de Solicitação Urgente.

3.5.5.3. Para os fins da contagem de prazos do presente item, considera-se horas úteis as horas compreendidas no horário de funcionamento da Unidade de Arquivo do TCDF em dias úteis das 9h às 19h.

3.5.6. O serviço de devolução parcial definitiva de caixas deverá ocorrer em até 24(vinte e quatro) horas, a contar da solicitação, no sistema informatizado.

3.5.7. O serviço de transferência definitiva do acervo em decorrência do término ou rescisão do contrato terá prazo máximo de execução de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação formal do CONTRATANTE, em data combinada entre as Partes.

3.6. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS MENSAIS PARA FATURAMENTO

3.6.1. A aferição dos serviços mensais para fins de apuração do valor devido para



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

pagamento tomará por base:

3.6.1.1. o quantitativo de caixas armazenadas nas instalações da CONTRATADA;

3.6.1.2. as movimentações de caixas em solicitações de devoluções temporárias;

3.6.1.3. as movimentações de caixas em retorno de devoluções temporárias;

3.6.1.4. as movimentações de caixas em solicitações de devoluções definitivas;

3.6.1.5. as movimentações de caixas em solicitações de transferências mensais; e

3.6.1.6. Os respectivos preços unitários constantes da proposta de preços na licitação.

3.6.2. O faturamento dos serviços será realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de sua realização.

3.6.3. A CONTRATADA deverá apresentar documentação comprobatória da realização de todos os serviços realizados em cada mês, acompanhados da respectiva nota fiscal para aprovação e ateste pela fiscalização do contrato.

3.6.4. A CONTRATADA emitirá Relatório Analítico Mensal de toda a movimentação de caixas, inclusive de acessos ao sistema, que deverá ser entregue ao Fiscal do Contrato, juntamente com a Fatura do mês correspondente. O pagamento mensal dos serviços fica condicionado à apresentação do referido relatório.

3.7. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS

3.7.1. Os serviços contratados deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pelo CONTRATANTE, de acordo com os níveis de serviços descritos na tabela a seguir.

ITEM	INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	IE
1	Atendimento às solicitações de <u>transferências mensais</u> para arquivamento, <u>devoluções</u> (normal, urgente e definitiva) e <u>retorno de caixas devolvidas</u> , nos prazos estabelecidos.	%	≥ 95

Termo de Referência nº 23 / 2019

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

ITEM	INDICADORES DE NÍVEIS DE SERVIÇOS	UNIDADE DE MEDIDA	IE
2	Fornecimento de insumos para as situações previstas no presente Termo de Referência, nos prazos estabelecidos.	%	≥ 95

3.7.2. Conforme tabela acima, a CONTRATADA deverá atender, **mensalmente**, sem que seja penalizada, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) do total de solicitações de movimentações de caixas, em geral, e dos pedidos de fornecimento de insumos, dentro dos prazos estabelecidos no presente Termo de Referência.

3.7.3. A aferição dos indicadores listados será realizada no momento do recebimento das caixas e insumos solicitados.

3.7.4. Para a aferição do cumprimento dos prazos estabelecidos, os horários de solicitação de caixas e insumos deverão estar registrados no sistema informatizado da CONTRATADA e nas Ordens de Serviços (OS) a serem emitidas para atendimento das demandas.

3.7.5. O servidor designado para o recebimento das caixas e insumos solicitados irá registrar na Ordem de Serviço (OS) a data e o horário do recebimento/atendimento das solicitações.

3.7.6. Serão verificadas, mensalmente, as ocorrências de atendimentos fora dos prazos estabelecidos, para fins de cálculo da penalidade estabelecida a seguir.

3.7.7. Será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total da fatura mensal, caso a CONTRATADA não realize o atendimento conforme estabelecido neste Acordo de Nível de Serviços (ANS), sem prejuízo da aplicação das demais multas e penalidades previstas no presente Termo de Referência e no Edital de Licitação.

3.7.7.1. Para dar efetividade à aplicação da multa prevista no item 3.7.7, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada multa aplicada, quando o seu montante apurado for inferior a este valor.

4. MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INSTRUMENTO DE AJUSTE**4.1. DO MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1.1. Para a prestação dos serviços especificados no presente Termo de Referência deverão ser observadas as quantidades, as condições, as especificações técnicas e os requisitos funcionais estabelecidos no tópico 3 do presente Instrumento.

Termo de Referência nº 23 / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

4.1.2. Os serviços especificados no presente Instrumento serão executados de forma indireta, pelo regime de empreitada por preço unitário.

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei 8.666/1993, o presente Instrumento, demais Anexos e a Proposta do(s) Adjudicatário(s) serão partes integrantes do contrato a ser assinado, cuja minuta consta do Anexo VI – Minuta de Contrato.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis após convocação caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

4.2.3. O prazo de que trata o item 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do presente Termo de Referência.

4.3. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.3.1. A prestação dos serviços especificados no presente Instrumento será realizada nos locais indicados pelo TCDF para entrega e retirada de caixas de arquivo, conforme o tipo de demanda apresentada e conforme a etapa de execução em andamento.

4.3.2. Os serviços de guarda serão realizados nas instalações da CONTRATADA, no Distrito Federal. O acompanhamento e a fiscalização do contrato serão realizados pelo Serviço de Gestão de Documentos e Preservação da Memória Institucional – SEGEDOC do TCDF, cujas formas de contato são pelos telefones (61) 3314-2115 e (61) 99298-2923, e os e-mails cmarcio@tc.df.gov.br e paulo.franca@tc.df.gov.br.

4.4. DA JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO EM LOTE ÚNICO

4.4.1. Justifica-se o agrupamento de todos os Itens em um único lote por tratar-se de solução única de serviços de guarda continuada do acervo do TCDF, os quais não são passíveis de execução por mais um prestador sem elevados riscos de prejuízo ao CONTRATANTE, seja no quesito de segurança, seja no quesito de custo, uma vez que são serviços intrinsecamente interdependentes e vinculados aos aspectos de custódia (responsabilização, acesso, controle, transporte e gerenciamento), sigilo e segurança, que



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

necessitam ser preservados com rigor.

4.4.2. Note que os serviços a serem contratados são parte de um plexo de ações demandados de forma única (transporte e custódia), cujo custo para o gerenciamento de número variado de fornecedores traria ineficiência e majoração de custos na gestão e fiscalização da contratação.

4.4.3. Atividades de custódia e transporte são conjuntas na prática do mercado, tendo os serviços nesse Anexo sido detalhados em itens para melhor identificação dos custos envolvidos na contratação.

4.4.4. Portanto, os itens apresentados serão pagos conforme a demanda executada pela CONTRATADA, sendo necessária ser precificada no certame para fins de elaboração da proposta mais vantajosa, bem como trazer os valores a serem adimplidos no transcurso da presente contratação.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidades. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários. A execução dos serviços contratados, por parte do CONTRATANTE, pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.1.1. **Gestor/Fiscal do Contrato, ou Comissão de Fiscalização:** é o servidor, ou comissão, designado pelo CONTRATANTE, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento definitivo dos serviços; e

5.1.1.2. **Preposto e substituto:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

5.2. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Termo de Referência nº 23 / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

- 5.2.1. Designar servidor ou comissão, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento contratual, bem como para aprovar a execução do objeto;
- 5.2.2. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada;
- 5.2.3. Cumprir e fazer cumprir o disposto no presente Instrumento, no Edital e demais Anexos, exercendo a fiscalização contratual mediante a verificação da conformidade do objeto executado com as condições, quantidades e especificações estabelecidas;
- 5.2.4. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento contratual, para fins de correção dentro do prazo estabelecido;
- 5.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto executado em desacordo com as quantidades, condições e especificações definidas no presente Instrumento;
- 5.2.6. Receber o objeto contratado e atestar a Nota Fiscal/Fatura, após o adimplemento da obrigação;
- 5.2.7. Efetuar o pagamento devido, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais;
- 5.2.8. Exigir da CONTRATADA, sempre que necessário, a comprovação da manutenção das condições de habilitação e de qualificação exigidas no procedimento de contratação;
- 5.2.9. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários pertinentes à execução contratual, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, por meio de seus empregados e representantes;
- 5.2.10. Solicitar o imediato afastamento e substituição de qualquer empregado ou preposto da CONTRATADA que não cumpra as normas do TCDF, quando da execução dos serviços, que produza complicações para a fiscalização, ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe foram atribuídas;
- 5.2.11. Avaliar o **Relatório Analítico** mensal dos serviços executados pela CONTRATADA;
- 5.2.12. Manter relatório de falhas detectadas no cumprimento das cláusulas contratuais pela CONTRATADA, notificando-a, por escrito, para as medidas corretivas imediatas ou aplicando as penalidades cabíveis, quando necessário;
- 5.2.13. Permitir, dentro das normas internas, o acesso dos empregados e representantes da CONTRATADA às dependências do TCDF para fins de execução contratual, desde que devidamente identificados e acompanhados, sempre que necessário, por representante do



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

CONTRATANTE;

5.2.14. Providenciar o acesso dos empregados e representantes da CONTRATADA aos locais de retiradas de caixas de arquivos que não pertençam às instalações do CONTRATANTE, para fins de execução contratual; desde que devidamente identificados e acompanhados, sempre que necessário, por representante do CONTRATANTE;

5.2.15. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, por descumprimento das obrigações assumidas.

5.3. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.3.1. Manter, durante o período de vigência contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação, exigidas no procedimento de contratação, e sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), que sejam compatíveis com o regime de Direito Público;

5.3.2. Executar, dentro do prazo estabelecido, os serviços contratados, em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas e na quantidade indicada na Ordem de Serviço;

5.3.3. Fornecer ao CONTRATANTE todas as informações que este considere necessárias à fiel execução de suas obrigações contratuais, bem como àquelas essenciais ao desempenho e à confiabilidade do objeto contratado;

5.3.4. Acatar as solicitações, orientações e o gerenciamento dos trabalhos por parte do gestor/fiscal do contrato designado pelo TCDF;

5.3.5. Comunicar, por escrito, imediatamente, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

5.3.6. Substituir e corrigir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Fiscalização do Contrato, os serviços e materiais recusados, quando da fase de recebimento;

5.3.7. Ressarcir o CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução contratual, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

5.3.8. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham incidir na execução do presente Instrumento;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

5.3.9. Respeitar as normas, os regulamentos e os procedimentos internos do CONTRATANTE e dos locais de retirada de caixas de arquivos, especialmente os de segurança, disciplina e de acesso a instalações;

5.3.10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido;

5.3.11. Providenciar para que seus funcionários e representantes envolvidos na prestação dos serviços assinem o Termo de Compromisso de Sigilo, cujo modelo encontra-se no Anexo IV.

5.3.12. Encaminhar para a execução dos serviços empregados treinados, devidamente habilitados e previamente identificados e apresentados ao CONTRATANTE;

5.3.13. Indicar um profissional da CONTRATADA (nome, telefone e e-mail) para, sem prejuízo de suas atividades, atuar como Preposto da CONTRATADA junto ao CONTRATANTE. Indicar também um substituto, para atuar na ausência do preposto titular;

5.3.14. Recolher, no prazo estabelecido, valores referentes a penalidades de multas que, eventualmente, lhe sejam aplicadas, por meio de procedimentos administrativos, decorrentes de descumprimento das obrigações contratuais;

5.3.15. Não utilizar o nome do TCDF, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos.

5.3.16. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias na contratação objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contratado.

5.3.17. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao TCDF os fatos, irregularidades ou sinistros de qualquer natureza, ocorridos durante o transporte e armazenamento das caixas.

5.4. DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO constam da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Anexo VI (Minuta de Contrato).

5.5. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

Termo de Referência nº 23 / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

5.5.1. As disposições que tratam sobre VIGÊNCIA DO CONTRATO constam da CLÁUSULA SÉTIMA do Anexo VI (Minuta de Contrato).

5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1. As disposições que tratam sobre RECEBIMENTO DO OBJETO constam da CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do Anexo VI (Minuta de Contrato).

5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. As disposições que tratam sobre PAGAMENTO constam da CLÁUSULA QUINTA do Anexo VI (Minuta de Contrato).

5.8. DO REAJUSTE

5.8.1. As disposições que tratam sobre REAJUSTE constam da CLÁUSULA TERCEIRA do Anexo VI (Minuta de Contrato).

5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. As disposições que tratam sobre GARANTIA CONTRATUAL constam da CLÁUSULA QUARTA do Anexo VI (Minuta de Contrato).

5.10. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

5.10.2. O uso de mensagens eletrônicas (e-mail) também pode ser utilizado para agilizar a comunicação entre as Partes.

6. DA ESTIMATIVA DE PREÇO

6.1. O valor total estimado para o objeto da presente contratação é de até **R\$ 402.812,95 (quatrocentos e dois mil, oitocentos e doze reais e noventa e cinco centavos)** referentes ao período de 12 (doze) meses; sendo:

6.1.1. **O valor de R\$ 18.800,00 (dezoito mil e oitocentos reais)** referentes ao valor fixado para pagamento à CONTRATADA pela prestação dos serviços de Recepção e Cadastramento Inicial (Etapa 1). **O presente valor não será objeto de lance de preços e consta no estimativo da contratação, caso veja ser utilizado por empresa vencedora;**

6.1.2. **O valor de R\$ 297.799,20 (duzentos e noventa e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e vinte centavos)** referentes ao valor máximo estimado para os serviços



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

decorrentes da guarda continuada (Etapa 2); e

6.1.3. O valor de R\$ 86.213,75 (oitenta e seis mil, duzentos e treze reais e setenta e cinco centavos) referentes ao serviço de Transferência Definitiva do acervo ao encerramento ou rescisão do contrato (Etapa 3);

6.1.4. Todos esses valores são estimados para a contratação; conforme descrito em detalhe no Anexo II (Estimativa de Preços).

6.2. O valor total estimado acima constitui mera expectativa de gasto, não implicando qualquer compromisso do TCDF para com o seu uso global durante a execução do contrato em 12 (doze) meses.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Instrumento correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária do objeto.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento, no Edital de Licitação e das demais disposições legais.

8.2. Outras disposições que tratam sobre as DAS SANÇÕES APLICÁVEIS na execução contratual constam da CLÁUSULA DÉCIMA do Anexo VI (Minuta de Contrato).

9. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR

9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO por Lote** para julgamento e classificação das propostas de preços para os serviços constantes das Etapas 2 e 3 do objeto do presente Instrumento, observados os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros

Termo de Referência nº 23 / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

mínimos de desempenho e de qualidade nele definidos, bem como no Edital e nos demais anexos.

9.1.2. O objeto a ser adquirido se enquadra no conceito de serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto nº 5.450/2005, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio de **Pregão Eletrônico**.

9.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento do contrato.

9.2. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, o Licitante deverá apresentar a seguinte documentação de habilitação complementar:

9.2.1.1. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14, inc. V, do Decreto Federal nº 5.450/2005 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2. **Declaração** de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.2.1.3. **Registro comercial**, no caso de empresário individual;

9.2.1.4. **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

9.2.1.5. **Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidão(ões)** que comprove(m) que o Licitante tenha realizado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, *prestação de serviços técnicos de guarda continuada*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

de documentos arquivísticos, em volume de no mínimo 50% do volume do acervo estimado para a presente contratação, pelo período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos;

9.2.1.6. **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos estabelecidos nos itens 3.4.2.4, 3.4.2.5 e 3.4.2.6 do presente Termo de Referência. Será exigida documentação comprobatória do atendimento a esses requisitos antes da assinatura do contrato. Poderá ser diligenciada pelo TCDF visita técnica anterior à assinatura do contrato para confirmação da veracidade dessas informações;

9.2.1.7. **DECLARAÇÃO DE VISTORIA** aos locais de prestação dos serviços emitida pelo próprio licitante ou declaração de que assume os riscos da contratação sem a sua realização. A vistoria poderá ser feita no horário das 13:00h às 18:00h, com agendamento prévio pelo telefone (61) 3314-2227 (Serviço de Segurança e Suporte Operacional).

9.2.2. A não apresentação da documentação constante do item 9.2.1.1 não implicará inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

9.2.3. Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria aos locais de prestação dos serviços, a ausência de apresentação da declaração prevista no item 9.2.1.7 deste Instrumento não implicará desclassificação do licitante vencedor; entretanto, este não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes na presente contratação para eximir-se das obrigações contratuais assumidas.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. A elaboração do presente Termo de Referência está fundamentada nos normativos abaixo relacionados e nos que vierem a substituí-los, desde que preservados os interesses da Administração e o seu direito de avaliação da conveniência e oportunidade:

10.1.1. Leis nº 8.666/1993; e nº 10.520/2002;

10.1.2. Lei nº 8.159/1991;

10.1.3. Decreto Federal nº 5.450/2005;

10.1.4. Decretos Distritais nº 23.460/2002; nº 39.453/2018; e

10.1.5. Resoluções TCDF nº 118/2000; e nº 313/2019.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

11. DOS ANEXOS

- 11.1. Anexo II – Estimativa de Preços;
- 11.2. Anexo III – Modelo da Proposta de Preços;
- 11.3. Anexo IV – Modelo do Termo de Compromisso de Sigilo;
- 11.4. Anexo V – Termo de Vistoria; e
- 11.5. Anexo VI – Minuta do Contrato.

12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

- 12.1. São responsáveis pelo presente Termo de Referência o Chefe do Serviço de Gestão de Documentos e Preservação da Memória Institucional – (SEGEDOC) e o Supervisor da Supervisão de Planejamento da Contratação (SPC).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC**ANEXO II – ESTIMATIVA DE PREÇOS**

O valor total global estimado para a presente licitação corresponde à soma dos valores totais estimados nas Tabelas A e B, conforme abaixo.

Tabela A (Preço fixado pelo TCDF)

RECEPÇÃO E CADASTRAMENTO INICIAL		Quantidade Estimada de Caixas de 20Kg	(1) (2) Valor Unitário Fixado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
ETAPA 1	Recepção, conferência inicial, identificação, lacre e cadastramento das informações, conforme especificações constantes do Tópico 3 do Anexo I (Termo de Referência), incluindo os insumos necessários.	8.000	2,35	18.800,00
	Valor Total Estimado (R\$)			18.800,00

Obs. (1): Valor Unitário Fixado pelo TCDF com base em pesquisa de mercado.

Obs. (2): O Valor Unitário desse Item não será objeto de lances na licitação.

Tabela B (Preços objetos de lances na licitação)

LOTE ÚNICO						
	ITEM	Descrição da Etapa 2 (guarda continuada) e Etapa 3 (Transferência Definitiva), conforme especificações.	Quantidade e Mensal Estimada de Caixas de 20 Kg (3)	Valor Unitário Estimado (R\$)	Valor Total Mensal Estimado (R\$)	Valor Total Anual Estimado (R\$)
ETAPA 2	1	Transferências mensais de caixas de 20Kg, com transporte e insumos.	35	15,00	525,00	6.300,00
	2	Armazenamento das caixas de 20 kg, com insumos necessários.	8.000	1,85	14.800,00	177.600,00
	3	Armazenamento climatizado de mídia eletrônica - Microfilmes e CDs (Unidade), com insumos necessários.	20	10,45	209,00	2.508,00
	4	Devoluções de caixas (Regime Normal), com transporte.	200	31,66	6.332,00	75.984,00
	5	Devolução de caixas (Regime Urgente), com transporte.	10	91,15	911,50	10.938,00
	6	Retorno de caixas anteriormente devolvidas, com transporte e insumos.	210	9,71	2.039,10	24.469,20
ETAPA 3	7	Transferência definitiva de todo o acervo, com transporte e insumos necessários (caixas de 20 kg), devido ao fim do contrato.	10.325	8,35	-	86.213,75
						384.012,95

Obs. (3): As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de armazenamento e de movimentações de caixas do acervo do TCDF nos últimos anos.

VALOR TOTAL GLOBAL ANUAL ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO:

Termo de Referência nº 23 / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	Valor Total Anual Estimado (R\$)
Tabela 1 - ETAPA 1 (RECEPÇÃO E CADASTRAMENTO INICIAL)	18.800,00
Tabela 2 - ETAPA 2 (GUARDA CONTINUADA) e ETAPA 3 (TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA AO FINAL DO CONTRATO)	384.012,95
Valor Total Global Estimado da Licitação para 12 meses (R\$)	402.812,95

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC**ANEXO III - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

[NOME DO LICITANTE], CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de guarda continuada do acervo de documentos arquivísticos do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), conforme abaixo:

Tabela A (Preço fixado pelo TCDF)

Descrição: Etapa 1 (Recepção e Cadastramento Inicial).		Quantidade Estimada de Caixas de 20 Kg	(1) (2) Valor Unitário Fixado (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
ETAPA 1	Recepção, conferência inicial, identificação, lacre e cadastramento das informações, conforme especificações constantes do Tópico 3 do Anexo I (Termo de Referência), incluindo os insumos necessários.	8.000	2,35	18.800,00
	Valor Total Estimado (R\$)			18.800,00

Obs. (1): Valor Fixado pelo TCDF com base em pesquisa de mercado.

Obs. (2): O Valor Unitário desse Item não será objeto de lances na licitação.

Tabela B (Preços objetos de lances na licitação)

LOTE ÚNICO						
	Item	Descrição: Etapa 2 (Guarda Continuada) e Etapa 3 (Transferência Definitiva), conforme especificações.	(3) Quantidade Mensal Estimada de Caixas de 20Kg	Preço Unitário (R\$)	Valor Total Mensal Estimado (R\$)	Valor Total Anual Estimado (R\$)
ETAPA 2	1	Transferências mensais de caixas de 20Kg, com transporte e insumos.	35			(*)
	2	Armazenamento das caixas de 20 kg, com insumos necessários.	8.000			(*)
	3	Armazenamento climatizado de mídia eletrônica - Microfilmes e CDs (Unidade), com insumos necessários.	20			(*)
	4	Devoluções de caixas (Regime Normal), com transporte.	200			(*)
	5	Devolução de caixas (Regime Urgente), com transporte.	10			(*)
	6	Retorno de caixas anteriormente devolvidas, com transporte e insumos.	210			(*)
ETAPA 3	7	Transferência definitiva de todo o acervo, com transporte e insumos necessários (caixas de 20 kg), devido ao fim do contrato.	10.325			(*)
Preço Total Estimado para o Lote Único em 12 meses (R\$)						

(*) Valor a ser lançado no Sistema Compras Governamentais.

Obs.(3): As quantidades estimadas foram definidas com base no histórico de armazenamento e de Termo de Referência nº 23 / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

movimentações de caixas do acervo do TCDF nos últimos anos.

Obs. (4) serão desclassificadas, com base nos artigos 43, IV; 44, §§ 2º e 3º, e 48, incisos I e II, da Lei nº 8.666/1993, as propostas que apresentarem preços unitários superiores aos constantes na planilha orçamentária constante do Anexo II.

Prazo de validade da proposta: de no mínimo de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital.

Declaração: [NOME DO LICITANTE] declara que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

Nome do Licitante:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SERVIÇO DE GESTÃO DE DOCUMENTOS E PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL - SEGEDOC
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

ANEXO IV – MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO

Pelo presente instrumento, eu _____,
RG: _____, CPF: _____, representante legal da contratada
_____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, comprometo-me a
manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso em função das
atividades desempenhadas, em razão do fornecimento do objeto contratado no âmbito do Pregão nº ____/2019
ou da relação contratual mantida com o Tribunal de Contas do Distrito Federal, sob as formas escrita, verbal,
ou qualquer outro meio de comunicação.

Por ser verdade, firmo o presente.

Brasília, em ____ de _____ de 2019.

Nome:

TERMO DE CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e conhecer a
declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança exigidas no contrato.

Por ser verdade, firmo o presente.

Brasília, em ____ de _____ de 2019.

CONTRATADA

FUNCIONÁRIOS

1. _____
Nome e Matrícula
3. _____
Nome e Matrícula
5. _____
Nome e Matrícula
7. _____
Nome e Matrícula

2. _____
Nome e Matrícula
4. _____
Nome e Matrícula
6. _____
Nome e Matrícula
8. _____
Nome e Matrícula

Observação: No caso de substituição ou inclusão de empregados por parte da CONTRATADA, o preposto deverá entregar termo de ciência assinado pelos novos empregados envolvidos na execução contratual.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2019, que vistoriei minuciosamente os ambientes e instalações indicados pelo CONTRATANTE e que tomei conhecimento das informações necessárias e suficientes para participação do certame e para a elaboração da proposta de preços referente à prestação dos serviços decorrentes da guarda continuada do acervo de documentos arquivísticos pertencentes ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), com fim de execução do ajuste e proclamo estar ciente da complexidade das instalações e bens, como dos termos e condições descritos no respectivo Instrumento convocatório e demais anexos.

Brasília, ____ de _____ de 2019.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante do Licitante

Nome legível: _____

CPF: _____

Observação - Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria aos locais dos serviços, a ausência da presente declaração não implicará desclassificação do licitante vencedor; ao mesmo tempo em que este não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, para eximir-se das obrigações assumidas.

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

**CONTRATO Nº _____ QUE ENTRE SI
CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL E A EMPRESA
_____ PARA A PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE GUARDA
CONTINUADA DO ACERVO DE
DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS DO
TCDF (PROCESSO Nº _____/2019-e).**

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado por seu _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede no _____, CNPJ/MF nº _____ insc. nº _____, representada por seu _____o Sr., CI nº _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Instrumento Contratual, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, bem como de outras normas vigentes relacionadas ao seu objeto e de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço especializado de guarda continuada do acervo de documentos arquivísticos do TCDF, de acordo com as especificações técnicas e condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº ____ do TCDF, seus anexos e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os valores apurados em cada faturamento que sejam correspondentes aos serviços efetivamente prestados; limitados ao valor global máximo do contrato estimado em R\$ ____ (____) e divididos nas seguintes parcelas:

2.1.1. O valor apurado de até R\$ ____ (____), pago em uma única vez, referente aos serviços de recepção, conferência inicial das caixas do acervo, identificação, lacre e seu total cadastramento no sistema informatizado da CONTRATADA, cujos valores unitários constam do Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2019, os quais foram fixados pelo TCDF com

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

base em pesquisa de mercado;

2.1.2. O valor apurado total anual de até R\$ ____ (____); **adimplido** mensalmente conforme a demanda, referente aos serviços de armazenamento e serviços acessórios de movimentação de caixas decorrentes da guarda continuada do acervo do TCDF, cujos valores unitários foram oferecidos pela CONTRATADA em sua proposta de preços na licitação;

2.1.2.1. Para fins de determinação do valor do primeiro faturamento mensal dos serviços definidos no presente item, a contagem de tempo de prestação do serviço de armazenamento será iniciada no dia em que iniciar a recepção do acervo do TCDF transferido para guarda definitiva.

2.1.3. O valor apurado de até R\$ ____ (____), pago em uma única vez, referente ao serviço de transferência definitiva e total do acervo e disponibilização total das informações cadastradas no sistema informatizado, quando do encerramento ou rescisão contratual, mediante faturamento específico, cujo valor unitário foi oferecido pela CONTRATADA em sua proposta de preços na licitação.

2.2. O valor total da parcela constante do item 2.1.1 da presente Cláusula será faturado juntamente com o valor total apurado no primeiro mês correspondente à prestação dos serviços de guarda do acervo conforme descrito no item 2.1.2.

2.3. Todas as despesas com tributos, encargos sociais, fretes, transportes, acessórios, embalagens, seguros, e quaisquer outras que incidam sobre o objeto do presente contrato correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

3.1. Os preços unitários referentes aos serviços descritos nos itens 2.1.2 e 2.1.3 da Cláusula anterior poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data da entrega da proposta e a data de aniversário de apresentação da proposta, e será calculado mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \cdot \left(\frac{I_1 - I_0}{I_0} \right)$$

onde:

R = valor do reajustamento;

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

V = valor do contrato (excetuada a parcela relativa ao fornecimento avulso de peças);

I_1 = nº índice do IPCA relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_0 = nº índice do IPCA relativo a data de entrega da proposta.

3.2. Para cálculo de I_1 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_1 = I_A + d_1 \cdot \left(\frac{I_B - I_A}{D_1} \right)$$

onde:

I_1 = nº índice do IPCA relativo a data em que o contrato completar aniversário da apresentação da proposta;

I_A = nº índice do IPCA do mês anterior ao reajuste;

I_B = nº índice do IPCA do mês em que ocorrer o reajuste;

d_1 = nº de dias decorridos entre o início do mês do reajustamento e a data de aniversário da apresentação da proposta;

D_1 = nº de dias corridos do mês do reajustamento.

3.3. Para cálculo do I_0 , será aplicada a seguinte fórmula:

$$I_0 = I_C + d_0 \cdot \left(\frac{I_D - I_C}{D_0} \right)$$

onde:

I_0 = nº índice do IPCA relativo a data de entrega da proposta;

I_C = nº índice do IPCA do mês anterior ao da entrega da proposta;

I_D = nº índice do IPCA do mês da entrega da proposta;

d_0 = nº de dias decorridos entre o início do mês da entrega da proposta e a data de sua entrega;

D_0 = nº de dias corridos do mês da entrega da proposta.

3.4. Enquanto não for divulgado o número índice correspondente ao mês do reajustamento, o reajuste será calculado de acordo com o último nº índice conhecido, cabendo, quando publicado o número definitivo, a correção dos cálculos e o respectivo faturamento complementar. Caberá à CONTRATADA efetuar o cálculo do reajuste e apresentar a respectiva memória ou planilha junto com a correspondente Nota Fiscal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

3.5 . O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

3.6. Os reajustes dos preços dos serviços a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com o encerramento do contrato.

3.7. Os reajustes preços dos serviços serão formalizados por Apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, quando deverão ser formalizadas por meio de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA GARANTIA CONTRATUAL

4.1. A CONTRATADA prestará a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, no valor de 5% (cinco por cento) do valor total estimado do contrato apurado na licitação, com base nos quantitativos estimados e nos valores unitários fixados pelo CONTRATANTE e nos preços unitários oferecidos pela CONTRATADA em sua proposta de preços.

4.2. A garantia, a critério da CONTRATADA, se fará mediante escolha por uma das seguintes modalidades:

4.2.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

4.2.2. Seguro-garantia; ou

4.2.3. Fiança Bancária.

4.3. Nos casos das modalidades previstas nos subitens 4.2.2 e 4.2.3 do item 4.2, a validade mínima da garantia deverá cobrir 3 (três) meses além do prazo pactuado para vigência do Contrato.

4.4. A modalidade prevista no subitem 4.2.2 do item 4.2 deverá seguir as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em especial a Circular SUSEP nº 477, de 3 de setembro de 2013.

4.5. A garantia prestada servirá para o fiel cumprimento do contrato, respondendo, inclusive, pelas multas eventualmente aplicadas.

4.6. A garantia, ou seu saldo, será liberada ou restituída, depois de expirada sua validade e quando em dinheiro atualizada monetariamente.

4.7. No caso de utilização da garantia, a CONTRATADA providenciará seu reforço no montante utilizado. Da mesma forma, também deverá atualizar o prazo da garantia, em caso de prorrogação do Contrato, em até 1 (um) mês após o final do prazo de sua vigência inicial.

4.8. No caso de a CONTRATADA não cumprir o disposto no item anterior, poderá ter seus pagamentos retidos até a regularização da situação, podendo inclusive ter o contrato rescindido.

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá, conforme previsto para cada etapa, Nota Fiscal; que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

5.2. Nos termos do Protocolo ICMS nº 42, de 03/07/2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (descritos no Anexo Único do referido Protocolo), deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30/09/2005, em substituição à Nota Fiscal modelo 1 ou 1-A; salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

5.3. Nos termos do art. 3º, §4º, da Portaria nº 403/2009 da Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/2013, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, em substituição à Nota Fiscal modelo 3, aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

5.4. Para que seja efetivado o pagamento, deverá ser verificada previamente a regularidade da empresa perante a Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), perante a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal (quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS), e a Justiça do Trabalho (por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as certidões apresentadas na habilitação estejam vencidas.

5.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será sustado, ou suspenso, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias; não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus contra o CONTRATANTE.

5.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no *caput* desta Cláusula, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

5.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso os serviços executados sejam rejeitados pela fiscalização do contrato, devendo esses serem substituídos ou corrigidos pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

5.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/14, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA SEXTA – DA DESPESA

6.1. A despesa será imputada à conta do crédito consignado no orçamento do CONTRATANTE, enquadrando-se segundo a natureza em: _____, tendo a seguinte classificação funcional e programática: _____ e fonte de recursos: _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados de __/__/201__ até __/__/201__, podendo ser prorrogado por iguais períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que obtidas condições mais vantajosas para a Administração, consoante o disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, sendo seu extrato publicado no Diário Oficial do DF, às expensas do CONTRATANTE.

7.2. Os prazos de execução dos serviços contratados observarão o disposto neste Instrumento contratual, e no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

8.1.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2019 e seus anexos;

8.1.2. O atraso injustificado no início da prestação dos serviços sem justa causa e prévia

Termo de Referência nº __ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

comunicação ao CONTRATANTE;

8.1.3. O não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

8.1.4. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;

8.1.5. A decretação de falência;

8.1.6. A dissolução da sociedade;

8.1.7. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Contrato, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

8.1.8. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Contrato, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

8.1.9. Subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato; e

8.1.10. Uso ou emprego da mão-de-obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

9.1. Nos casos de rescisão previstos neste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

I - Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local que se encontrar;

II - Execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

III - Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 80 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

10.1 Aquele que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar na execução do instrumento de ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

Federal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital e em seus anexos e das demais cominações legais.

10.2 O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada de acordo com as fórmulas e os percentuais a seguir, a depender do tempo total de atraso, garantida prévia defesa, sendo observadas eventuais prorrogações de prazo autorizadas a critério do CONTRATANTE.

10.3 Cálculo da multa de mora:

10.3.1. $M_1 = 4\% \cdot (a/b) \cdot V_E$, quando o tempo de atraso “a” for inferior ou igual ao prazo contratual inicialmente estabelecido para cumprimento da obrigação ($a \leq b$); ou

10.3.2. $M_2 = 4\% \cdot V_E + 6\% \cdot [(a-b)/b] \cdot V_E$, quando o tempo de atraso “a” for superior ao prazo contratual inicialmente estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a > b$), em que:

M₁: é o valor da multa de mora, quando o tempo total de atraso “a” for inferior ou igual ao prazo contratual estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a \leq b$);

M₂: é o valor da multa de mora, quando o tempo total de atraso “a” for superior ao prazo contratual estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a > b$);

a: é o tempo total de atraso na execução do objeto, dado na mesma unidade de medida do prazo contratual estabelecido;

b: é o prazo contratual estabelecido para o cumprimento da obrigação; e

V_E: é o valor da parcela do objeto demandada para execução no mês correspondente.

10.4 O valor da multa de mora limitar-se-á a 10% (dez por cento) do valor total do contrato.

10.5 A multa de mora apurada na forma do item 10.3.1 somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$100 (cem reais).

10.6. Para dar efetividade à aplicação da multa de mora prevista no item 10.3.2, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para a multa de mora, quando o seu montante apurado for inferior a este valor.

10.7. Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA multa de 12% (doze por cento) ou de 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do contrato, ressalvadas as hipóteses previstas no item 10.8.

10.8. Sobre o valor mensal do contrato poderá incidir multa à CONTRATADA por descumprimento das suas obrigações, por ocorrência, a ser descontada da fatura mensal, conforme tabela abaixo,

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

uma vez sendo comunicada oficialmente, garantida a ampla defesa e o contraditório.

ITEM	INFRAÇÃO
GRAU 1 1% (UM POR CENTO)	
1	Atrasar a disponibilização via web da consulta ao acervo; por dia de atraso.
2	Deixar de apresentar, dentro do prazo estipulado, apólice de seguro para o acervo armazenado em suas dependências; por dia de atraso.
3	Manter caixas de documentos em condições inadequadas de acondicionamento, em caixas rasgadas ou danificadas ou sem lacres; por caixa irregular.
GRAU 2 3% (TRÊS POR CENTO)	
4	Deixar de cumprir orientação do Executor do contrato quanto à execução dos serviços; por ocorrência.
5	Deixar de manter as condições mínimas exigidas no Termo de Referência para o local de armazenagem do acervo; por dia de descumprimento.
GRAU 3 5% (CINCO POR CENTO)	
6	Deixar de apresentar o comprovante de aplicação de produtos para controle de pragas no ambiente de armazenamento das caixas, na data exigida; por dia de atraso.
7	Interromper a realização dos serviços; por dia de paralisação.
8	Deixar de fornecer ao Executor do Contrato, nas datas combinadas, os documentos exigidos no Termo de Referência; por dia de atraso.

10.9. O somatório das multas previstas na tabela do item 10.8, acima, não ultrapassará 15% (quinze por cento) do valor mensal para o Contrato.

10.10. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar à CONTRATADA, juntamente com as multas administrativas previstas nos itens 10.7 e 10.8, as sanções de advertência, prevista no inciso I, do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993, aplicada ao pregão subsidiariamente, bem como a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal.

10.11. Para dar efetividade à aplicação das multas previstas no item 10.7, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada multa aplicada, quando o seu montante apurado for inferior a este valor.

10.12. Para dar efetividade à aplicação das multas previstas no item 10.8, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para a multa isolada ou para o somatório das multas aplicadas no mês de referência, quando o seu montante apurado no mês for inferior a este valor.

10.13. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

pelo CONTRATANTE, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

10.14. Releva destacar que a apuração do percentual total de multas por descumprimento das obrigações descritas anteriormente é mensal, garantida a ampla defesa e o contraditório, e seu saldo é não cumulativo para os meses subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

11.1.1. receber o objeto contratado nos termos da Cláusula Décima Quarta deste contrato.

11.1.2. efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da Cláusula Quinta, mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

11.1.3. cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

12.1.1. executar os serviços e eventuais fornecimentos de peças com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;

12.1.2. cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2019;

12.1.3. cumprir orientação do fiscal/gestor do Contrato;

12.1.4. ressarcir ao CONTRATANTE por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993, em decorrência da execução do objeto contratado.

12.2. A CONTRATADA fica obrigada a manter-se, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações nele assumidas, bem como manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização e o controle da execução da prestação dos serviços serão exercidos por servidor, ou comissão, designado(s) para desempenhar esta função, com poderes para praticar

Termo de Referência nº __ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo o mesmo franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o contrato. Esse servidor ou essa comissão anotarà em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, podendo exercer ainda as atribuições elencadas no art. 2º da Instrução DGA nº 03, de 22.12.1997.

13.2. A fiscalização de que trata esta Cláusula não exclui, nem reduz, a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes.

13.3. Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização do CONTRATANTE:

13.3.1. Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis à correta execução do objeto, bem como fixar prazo para as correções das falhas ou irregularidades constatadas;

13.3.2. Sustar quaisquer fornecimentos/serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado, ou ainda que possa atentar contra o sigilo de informações, a segurança de pessoas ou bens do CONTRATANTE.

13.4. O fornecimento e/ou serviço rejeitado(s), seja devido ao uso de materiais ou peças inadequadas, seja por ter sido considerado mal executado, deverão ser refeitos corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

13.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente do TCDF em tempo hábil para a adoção das medidas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. O objeto contratado será recebido por servidor, ou comissão, designado pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993, da seguinte forma:

14.1.1. **PROVISORIAMENTE:** pelo Gestor/Fiscal do Contrato, referente aos serviços efetivamente prestados no mês de referência;

14.1.2. **MENSALMENTE:** pelo Gestor/Fiscal do Contrato, mediante Relatório de Fiscalização, após verificação e comprovação das informações contidas no Relatório

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

Analítico mensal de toda a movimentação de caixas, inclusive acessos ao sistema da CONTRATADA, no qual devem constar os dados referentes aos serviços prestados; e

14.1.3. **DEFINITIVAMENTE:** ao término de vigência contratual, pelo Gestor/Fiscal do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, no prazo de até 15 (quinze) dias após o decurso do prazo de vigência contratual, desde que comprovado o cumprimento de todas as cláusulas contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

14.2. Qualquer não conformidade quanto ao objeto contratado acarretará o não recebimento mensal ou definitivo. O Gestor/Fiscal do contrato discriminará, em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis.

14.3. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

14.4. O recebimento provisório, ou mensal, ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

14.5. No caso de bens importados, deverão ser comprovadas sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, comprovações estas que deverão ser apresentadas no momento de sua entrega, sob pena de rescisão contratual e multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das Partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais Normas vigentes aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA VINCULAÇÃO

16.1. O teor do Edital, na modalidade de Pregão Eletrônico nº ____/2019, seus anexos e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Contrato.

Termo de Referência nº ____ / 2019



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SERVIÇO DE SUPORTE AO USUÁRIO FINAL - SSUF
SUPERVISÃO DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO - SPC

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

17.2. Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Contrato, do qual se extraíram 3 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, ____ de _____ de _____

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Termo de Referência nº ____ / 2019